



Cada família,

Com uma rede de programas habitacionais, Blumenau garante moradia para todos

Blumenau é conhecida pelas casas com tijolos e estrutura de madeira aparentes, típicas da arquitetura alemã. Mas é graças à habitação popular que a paisagem urbana da cidade catarinense vem se transformando – para melhor. O crescimento industrial na década de 70 desencadeou um processo migratório e o início de uma ocupação desordenada. “Havia um déficit habitacional muito grande, que levou à ocupação desordenada de áreas de risco, como os morros”, afirma José Renato Neves Gonçalves, de 41 anos, superintendente da Divisão de Habitação. “Hoje, conseguimos congelar essa ocupação.” Um levantamento feito em 1996 identificou a necessidade de construir 6 mil novas residências e melhorar as condições de 4 mil moradias precárias. Dos 260 mil habitantes, 38 mil não tinham casa própria.

A prefeitura decidiu atacar o problema com eficiência e sem concessões ao assistencialismo. Logo no início do primeiro mandato do prefeito Décio Lima, do PT, em 1997, a Superintendência de Habitação passou da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) para a responsabilidade

Fotos Tatiana Geishofer



Os conjuntos do Programa de Arrendamento Residencial atendem a famílias com renda de três a seis salários mínimos

de da Secretaria de Planejamento (Seplan). “O objetivo era trabalhar com as necessidades, não com os necessitados”, diz Maria Emília de Souza, titular da Semas. Desde então, cerca de 3 mil moradias já foram construídas e outras mil foram reformadas ou ganharam melhorias.

Diversos programas foram implantados simultaneamente para combater o déficit habitacional, cada um destinado a um público específico. O Programa Nossa Casa, que já atendeu 192 famílias, oferece financiamento de até R\$ 5 mil para construção de moradias populares, desde que a família já possua terreno. Também oferece até R\$ 1.000 para pequenas reformas e re-

construção de moradias atingidas por acidentes, como deslizamento de morros. Outro programa, o Construindo Legal, fornece assessoria técnica para construção e é voltado para famílias com renda inferior a cinco salários mínimos. A prefeitura firmou parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí. Os engenheiros projetam casas de 30, 50 ou 70 metros quadrados, fazem visitas técnicas às obras e cuidam da documentação por um preço que não chega a um terço dos honorários de mercado. A iniciativa já ajudou 701 famílias. Pelo programa Construindo Juntos, os beneficiados

um teto

recebem material e terreno da prefeitura para construção de casas em sistema de mutirão. A Fundação Universitária Regional de Blumenau entra no projeto oferecendo tecnologias que reduzam custos e ministrando cursos de qualificação para assegurar a qualidade das casas. Mais de 200 moradias já foram construídas dessa forma.

Com topografia montanhosa e cortada pelo Rio Itajaí-Açu, Blumenau sofre com as enxurradas e deslizamentos. É comum que famílias tenham de ser removidas de áreas de risco. O projeto que trata desses deslocamentos é o Cidade Popular. “Só no Morro da Pedreira havia 500 famílias. Hoje tem 320, sendo que mais 70 serão realocadas”, diz José Renato Gonçalves, superintendente da Divisão de Habitação. O programa também recupera as áreas degradadas por ocupação inadequada e cuida da regularização fundiária e da reurbanização. Mais de mil famílias já foram atendidas.

Mais recentemente, foi implantado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que prevê um prazo de 15 anos para as famílias, com renda de três a seis salários mínimos, pagarem imóveis construídos pela prefeitura, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Lucinei Gonçalves, de 24 anos, mora desde janeiro de 2002 com a mulher, grávida de oito meses, e a filha no condomínio Itoupava Garten, primeiro conjunto do PAR a ficar pronto. “Morávamos com a minha sogra e precisávamos de um lugar só para nós”, conta Lucinei. Ele paga R\$ 170 de prestação, que com a taxa de condomínio chega a R\$ 275. No Itou-

pava Garten, há 160 apartamentos populares de um total de 648 unidades que estão sendo construídas na cidade. Os condomínios têm playground, quadra de esportes, churrasqueira e salão de festas.

Algumas pessoas são refratárias à idéia de se mudar, embora vivam precariamente. Ocorre que os loteamentos ficam, em média, a dez quilômetros do centro da cidade, distância grande para os costumes dos blumenauenses. Mas nas regiões em que os projetos habitacionais são construídos garantiu-se infra-estrutura, como linhas de transporte coletivo, postos de saúde e áreas para comércio. E há critérios rígidos na escolha do local em que as unidades serão construídas. Valorizam-se os terrenos em áreas planas, livres de enchentes e próximas a ruas pavimentadas.



Mesmo com todas essas iniciativas, havia famílias que não se enquadram em nenhum dos projetos da prefeitura, por não ter terreno ou renda mínima para se cadastrar. Blumenau levou em conta a situação dessas pessoas de extrema carência ao instituir o programa Moradia Provisória. A prefeitura financia o aluguel em até R\$ 250 por mês, por prazo indeterminado. Mas tenta encaixar essas famílias em outros projetos governamentais, como o Programa de Renda Mínima, para que essas pessoas tenham condições de viver com dignidade e, um dia, possam comprar sua casa.

Tatiana Geishofer, de Blumenau

Um lugar seguro

A família da dona-de-casa **Jurema de Oliveira**, de 43 anos, teve de sair do Morro da Pedreira, no centro de Blumenau. A casa ficava junto a outras 15 no topo do morro, numa área de risco. A maioria foi alocada no conjunto habitacional Libertadores, do programa Construindo Juntos. Jurema se mudou há quatro anos e ainda não se habituou ao local. Apesar disso, gosta de estar perto dos antigos vizinhos



e reconhece que ali está mais bem assistida. “Lá não tinha ônibus perto. A gente tinha que subir o morro todo a pé”, conta. Aos poucos, ela aumentou a área da cozinha e criou um espaço para a lavanderia. A prefeitura subsidiou a mudança. A renda das cinco pessoas da família de Jurema é baixa e elas não teriam como pagar os R\$ 170 mensais de prestação. Pagam o que podem: R\$ 47 ao mês.